



DISCURSO

& SOCIEDADE

Copyright © 2018
ISSN 1887-4606
Vol. 12(3) 521-535
www.dissoc.org

Artigo

Polêmicas na mídia digital sobre o ensino religioso: o destacamento e o viés ético discursivo

Polymics in the digital media about religious education: the detachment and the discursive and ethical bias

Lafayette Batista Melo

Unidade Acadêmica de Informática – Letras EaD
Instituto Federal da Paraíba (IFPB) – Campus João Pessoa (Brasil)

Érika de Moraes

Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Campus de Bauru (Brasil)

Resumo

Este artigo toma como base a problemática sobre a polêmica proposta por Ruty Amossy, a fim de tratar de uma questão polêmica particular, relacionada a concepções sobre o ensino religioso que circulam no espaço público brasileiro. Analisando um corpus específico, buscamos estudar como funciona tal embate no espaço da Internet, especialmente como se manifesta nos destacamentos dos títulos. As próprias estratégias de constituição do corpus – com investigações por meio de comandos avançados do Google, cópia dos títulos, registro dos dados em planilha, uso de um sistema para verificação de tendências e utilização de uma ferramenta para geração de nuvens de palavras – apontam caminhos para a análise, revelando contornos da polêmica. O termo “ensino religioso confessional” se mostra um ponto de tensão da polêmica da qual tratamos.

Palavras-chave: *polêmica, mídia digital, ensino religioso.*

Abstract

This article is based on the problematic about the polemic proposed by Ruty Amossy, in order to deal with a particular polemic issue related to conceptions about religious education that circulate in the Brazilian public space. With a specific corpus, we seek to study how this polemic works in the Internet space, especially how it is manifested in the detachments of the titles. The strategies of constitution of the corpus themselves – with investigations using advanced Google commands, copying search results titles, spreadsheet data, using a system for checking trends and using a word cloud generation tool – point out ways for the analysis, revealing the contours of the polemic. The term “confessional religious education” is a point of tension of the polemic in question here.

Keywords: *polemic, digital media, religious education.*

Introdução

Tomando como base a problemática sobre a polêmica proposta por Ruty Amossy, este artigo propõe um estudo sobre uma questão polêmica particular, relacionada a concepções sobre o ensino religioso que circulam no espaço público brasileiro. Propõe, assim, investigar o modo como tais concepções polêmicas entre si são caracterizadas por textos que circulam nas mídias digitais e, assim, perpetuadas em debates conflituosos característicos das sociedades democráticas.

Analisamos o funcionamento da polêmica sobre o ensino religioso em um *corpus* específico, procurando mostrar como essa polêmica é representada nos discursos que as mídias digitais fazem circular, especialmente com base em seus títulos destacados. Quanto à relação entre tema e período pesquisado, a decisão do Supremo Tribunal Federal favorável ao ensino religioso nas escolas, ocorrida no dia 27/9/2017, impactou na seleção do *corpus* e, reciprocamente, consideramos produtivo delimitar em textos que tomaram essa decisão como ponto de partida para posicionar-se no tema.

Os conceitos: polêmica, destacamento e ética digital

A noção de **polêmica** é tratada aqui à luz da problemática proposta por Ruty Amossy (2017). A autora ressalta a necessidade de compreender a polêmica em sua especificidade, com uma atenção especial às “modalidades discursivas e argumentativas da polêmica em exercício” (AMOSSY, 2017, p. 72). Considerar a polêmica em funcionamento torna fundamental a atenção ao texto midiático, ou seja, ao modo como ela se manifesta nos discursos que as mídias fazem circular e que, na conjuntura atual, são reproduzidos e comentados por usuários da Internet.

Tendo em vista a abrangência e o alcance da mídia digital, ela é espaço privilegiado para “investigar em profundidade a natureza dos debates conflituosos nos quais se sustenta a democracia numa sociedade plural” (AMOSSY, 2017, p. 9). Segundo Amossy (2017) “a polêmica preenche funções sociais importantes, precisamente em razão do que é em geral criticado nela: uma gestão verbal do conflito realizada sob o modo da dissensão” (AMOSSY, 2017, p. 12). Essa função ligada à gestão de conflito estaria diretamente relacionada ao funcionamento das sociedades democráticas pluralistas, já que, diferentemente do que em princípio poderia parecer natural, o acordo estaria longe de ser sempre possível.

Propomos que as marcas conflituais se explicitam em boa medida por meio do **destacamento** midiático, razão pela qual esse conceito, conforme elaborado por Dominique Maingueneau (2010, 2012), é produtivo para o estudo da materialidade discursiva da polêmica. Os trechos salientados de um texto – como título, olhos, legendas e demais frases destacadas – explicitam posicionamento, revelando uma convicção diante do mundo, que se apresenta como se fosse rica de sentido para todos. Os estudos de Maingueneau propõem-se a analisar construções verbalizadas como slogans, provérbios, máximas e títulos, revelando certas condições necessárias e suficientes que permitem que enunciados sejam destacáveis.

Ao considerar, também, a dimensão ética e moral do discurso, convém acrescentar ao estudo a discussão proposta por Paveau (2016) a respeito da **Ética do Discurso Digital**. Para Paveau (2016), a ética do discurso digital não deve ser entendida ao modo Kantiano ou religioso, mas como “o conjunto de critérios de aceitabilidade dos discursos produzidos na Internet em relação aos valores reconhecidos pelos usuários em um espaço e tempo dados” (PAVEAU, 2016, p. 1, nossa tradução). Esses valores de natureza moral são relativos aos grandes polos do bem e do mal e, embora o reconhecimento de tais valores possa conter posições individuais, são intersubjetivamente negociados pelos atores da produção verbal. A ética do discurso digital é construída por um metadiscurso, já que se define por aquilo que os usuários dizem sobre ela. Paveau insiste, então, na dimensão acional da Internet, em particular da Web, a fim de compreender a especificidade da dimensão ética relacionada ao discurso digital. A autora sublinha que “a ética digital é essencialmente uma ética discursiva e mesmo escritural” (PAVEAU, 2016, p. 2, nossa tradução), enfatizando que a ação na Internet está diretamente conectada à escrita: para agir nesse espaço, é preciso escrever e, inversamente, boa parte dos escritos digitais são ações. Quando lemos algo na Internet, escrevemos, já que deixamos traços e códigos reconhecidos pelos algoritmos.

Embora compreendamos o argumento de que a dimensão acional diferencia os escritos digitais daqueles pré-digitais (PAVEAU, 2016, p. 2), gostaríamos de destacar que, a nosso ver, a comunicação digital leva às últimas consequências a possibilidade da ação que pode estar presente já na escrita pré-digital (a exemplo dos panfletos, manifestos, artigos de opinião etc.), em sintonia com a ideia de que o dado e o novo convivem no meio digital (MORAES, 2014).

Mesmo que nosso trabalho pretenda dedicar-se à questão da polêmica conforme concebida por Amossy, a reflexão de Paveau a respeito da ética do discurso digital traz luzes à compreensão das especificidades discursivas dos grandes debates da atualidade, consideradas próprias da comunicação digital.

Constituição do *corpus*

Utilizamos estratégias específicas com comandos avançados do Google e programas para facilitar busca, coleta e registro de dados. A nossa unidade de análise pode ser compreendida como um percurso, conforme Maingueneau (2014). Para o autor, esta unidade não é pré-definida por gêneros, tipos de discurso ou registros linguísticos, mas é construída pelo pesquisador sem fronteiras pré-definidas e fica dispersa em várias ordens do léxico, de proposições, de fragmentos de texto etc.

Assim, a busca de títulos se iniciou pelo Google com palavras-chave simples, mas foi reconfigurada de acordo com as descobertas. O pesquisador, nessa situação, realiza uma coleta de dados para análise interpretativa, na qual não existe um *corpus* construído *a priori* para futuras investigações, mas há uma reconstrução contínua do *corpus*. A busca de dados delinea a análise e a própria análise redelineia a busca de dados. Assim, fomos construindo o percurso, usando palavras-chave primeiramente no Google. No percurso, tomamos decisões de coleta de dados ao mesmo tempo que procedemos à análise. Tais decisões envolvem uso de estratégias e programas diferenciados. No Google, há comandos e configurações avançadas que filtram melhor as pesquisas. Por exemplo, usar **intitle:polêmica**, na caixa de busca, direciona o Google para mostrar títulos de página que contenham a palavra polêmica. Expressões entre aspas, por exemplo **“polêmica sobre o ensino religioso”**, direcionam o Google para procurar exatamente esta expressão com as palavras exatas que se encontram nela e na ordem descrita.

Com o programa Linkclump¹, copiamos os títulos e endereços das páginas (correspondendo a um CTRL-C), por meio de um simples arrastar do mouse sobre a página com o resultado de buscas. Depois disso, utilizamos planilhas do Google nas quais colamos (CTRL+V) os títulos e endereços, que pudemos rever e manipular durante toda a pesquisa. Neste caso, os dados foram capturados para análise dos títulos e dos textos correspondentes aos títulos, e acumulados na planilha mostrada na figura 1, que pode ser acessada em um endereço na Internet². Para verificar tendências, ou seja, se determinados resultados se concentram mais em uma data ou estão relacionados a um acontecimento, usamos o Google Trends³. Com o intuito de entender como se distribui a regularidade de palavras dos títulos, usamos o Wordclouds.com⁴ para gerar nuvens de palavras.

Figura 1 – dados coletados no percurso da pesquisa

	A	B
1	A polêmica do ensino religioso - Blogs - Home	http://hojeemdia.com.br/opini%C3%A3o/blogs/dir
2	Estado e fé: STF permite ensino confessional de religião nas escolas	http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41404574
3	Estado e fé: STF decide polêmica sobre como ... - G1 - Globo.com	https://g1.globo.com/educacao/noticia/estado-e-f
4	Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica ...	http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782
5	O debate por trás do julgamento no STF sobre o ensino religioso ...	https://www.huffpostbrasil.com/2017/09/21/o-deb
6	Tese analisa implicações do ensino religioso nas escolas Unicamp	https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018
7	Três ministros votam pelo ensino religioso não confessional; sessão é	https://www.correiadoestado.com.br/brasilmundo
8	Ensino religioso confessional, uma catástrofe anunciada Gazeta do ..	http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/
9	STF autoriza ensino religioso confessional nas escolas públicas ...	http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2/

Um olhar sobre a circulação

De acordo com o objetivo de investigar o posicionamento da mídia, em textos de circulação digital, em torno do tema ensino religioso, e em que medida é tratado como polêmico, as palavras-chave iniciais para busca de material foram: polêmica “ensino religioso”. No Google, mesmo que não usemos palavras adicionais para referência a escolas ou configuremos o aplicativo para que haja pesquisas específicas em notícias, há uma predominância de resultados da mídia de sites de revistas, jornais e portais, referindo-se também a instituições de ensino. Nesse sentido, adaptamos o modo de construção do *corpus* feito em Moraes & Melo (2017), pois cada dado obtido pode requerer uma tomada de decisão diferente, de acordo com cada pesquisa.

Nos títulos dos resultados, aparece muito a palavra “polêmica” para destacar as notícias (mesmo quando usamos apenas o termo “ensino religioso” no Google, excluindo o termo polêmica). Constatamos, ainda, que a ferramenta de busca produz resultados considerados mais relevantes pelo algoritmo (em geral, os mais comentados ou para os quais há links em outras páginas) quando não limitamos a configuração do Google para “notícias”. Dessa forma, a busca inclui artigos de opinião assinados por articulistas.

Como o propósito é verificar o posicionamento da mídia em relação à construção do caráter polêmico do tema, optamos por nos concentrar no uso inicial dos termos: polêmica “ensino religioso”. O destacamento da palavra “polêmica” no título funciona como chamariz, independentemente de o texto respectivo ser contra ou a favor do ensino religioso. Aliás, como diz Amossy (2017), a mídia divulga, mas também cria polêmicas e o próprio uso da palavra “polêmica” funciona como um destacamento no discurso jornalístico, independentemente de estarmos no meio virtual, impresso ou audiovisual.

É a leitura dos textos completos, cujos títulos são listados na tabela da Figura 1, que faz explicitar se a palavra polêmica, destacada no título, está mais associada a um posicionamento contrário ou a favor à adoção da disciplina do ensino religioso. Em outras palavras, se considerado apenas o destacamento do título, há um esvaziamento do sentido ao qual se vincula a chamada polêmica – enquanto, no título, o sentido de polêmica dialoga com uma interpretação de neutralidade (discursos que convivem num mesmo espaço), no texto como um todo, os sentidos tendem a algum posicionamento específico.

Um exemplo é o texto veiculado no jornal Hoje em Dia⁵, que, com o título “A polêmica do ensino religioso”, afirma, no decorrer do texto, que é a favor de decisão do Supremo Tribunal Federal de aprovar o ensino confessional. No início do texto, a palavra “controvérsia” aparece como sinônimo de polêmica, num deslizamento de sentido: *A controvérsia deu início por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela iniciativa da Procuradoria Geral da República ao afirmar que por ser o Estado Laico não poderia ensinar os alunos sobre determinada religião ou crença, a exemplo do Cristianismo*. A polêmica/controvérsia é, assim, associada à ação mencionada e à respectiva decisão do STF, enquanto, no conjunto do artigo, o termo “polêmica”, expresso no título, é vinculado a um posicionamento favorável por parte do articulista que o assina (o advogado Bady Curi Neto). Por se tratar de coluna de opinião, o autor se posiciona explicitamente, indicando estar afinado com o que ele considera a posição da maioria: *Pessoalmente adoto a posição da maioria, não enxergando vedação legal constitucional para o ensinamento confessional nas escolas públicas, principalmente, tendo em vista o caráter facultativo da disciplina*. Por falta de acesso a dados mais detalhados, são as palavras do autor que constroem, em si mesmas, o que seria “o posicionamento da maioria”. Dessa forma, busca suavizar o

caráter de polêmica que é expresso em seu próprio título, já que haveria, de acordo com o que afirma, um “consenso de maioria”.

Já o título do Correio do Estado⁶, “Três ministros votam pelo ensino religioso não confessional; sessão é suspensa” (cujo chapéu —expressão acima do título jornalístico que funciona como categorização — é a palavra “polêmica”, isoladamente), traz um texto que expõe justificativa da procuradoria da república contrária à adoção do ensino religioso, mas não outras afirmações divergentes. O enviesamento está em destacar uma posição e não outras. Dessa forma, existe, também nesse texto, um apagamento do caráter polêmico, buscando apontar uma possibilidade de consenso, já que é apenas uma das posições que sobressai no texto. Trata-se de um texto não assinado, cujo gênero é o jornalismo informativo.

O processo de coleta do *corpus* mostrou, também, um dado produtivo para a análise, a saber: o destacamento dos títulos qualifica com regularidade o tipo de ensino religioso: confessional. Isso dá ao debate um viés discursivo no qual o destacamento em títulos, qualificando o tipo de ensino religioso, direciona esse mesmo tipo para ser questionado. Dessa forma, sugere-se o tipo de ensino religioso que é contestado do ponto de vista de uma parcela significativa dos veículos que abordaram o tema.

O site BBC Brasil⁷, por exemplo, trouxe o título “Estado e fé: STF permite ensino confessional de religião nas escolas”, que destaca a relação entre o estado e a religião e a permissão do STF para o ensino confessional. No decorrer do texto, são mencionadas opiniões contrárias e favoráveis, de autoridades religiosas e atéias, de professores e de juristas.

As questões legais são delineadas no texto, desde a votação do STF, passando por acordo com o Vaticano (Decreto 7.107/2010), que previa o “ensino católico aberto também a outras confessionalidades”, à ação direta de inconstitucionalidade da Procuradoria Geral da República, até o que previa a Constituição de 1988 – na qual a laicidade do Estado e a liberdade para aplicar o ensino religioso são colocadas em confronto. O que ensinar, no caso do ensino religioso confessional, também é questionado e há dissenso sobre se o conteúdo seria ou não gerido pelos sistemas de ensino.

Colocar a disciplina em horários finais das aulas é mencionado de forma positiva pelos favoráveis ao ensino religioso, mas não pelos que são contrários, que se pautam no seguinte argumento: poderia gerar mais intolerância ao dividir os alunos, haveria dificuldades de a disciplina ser sempre ao final do turno – o que obrigaria aqueles que não quisessem

frequentar a disciplina a ficar sem atividade – e geraria custos mesmo por aqueles para quem a disciplina fosse optativa.

Há recorrência ao chamamento de autoridades, questões legais e conteúdo da disciplina em outras reportagens. A “polêmica” em destaque nos títulos envolve sempre esses desdobramentos, seja para enfatizar a defesa ou não sobre o ensino religioso. Os intertítulos que nomeiam as seções do artigo da BBC (**Limites, Quem paga?, Catolicismo “e outras”, Intolerância**) sinalizam os aspectos que são evidenciados pelo veículo BBC como possíveis pontos de polêmica. Os destaques, de maneira bastante condensada, insinuam dúvidas/problemas na aplicação do ensino religioso, o que também ocorre com regularidade em outras reportagens. O item “quem paga”, por exemplo, ressalta o problema de que há custos para a sociedade, em caso de implementação do ensino religioso nas escolas, o que não se justificaria, segundo o texto, diante de presumível falta de estrutura. Esse posicionamento é reforçado pelo argumento de um professor: “continuamos dizendo que o melhor lugar para a defesa do ensino religioso é na sociedade civil”. A citação é do professor da PUC-Minas, Carlos Roberto Jamil Cury, descrito como “ex-membro do Conselho Nacional de Educação e um dos principais especialistas em legislação educacional no país”, fonte que traz credibilidade ao discurso jornalístico. Embora outras posições favoráveis sejam mencionadas, os questionamentos fazem sobressair os aspectos contrários.

Ao verificarmos o que mais é destacado nos resultados de pesquisa do Google e como é desenvolvida a argumentação em torno do dissenso, além de observarmos massivamente links da mídia oficial, podemos notar que os destacamentos dos títulos não assumem posições diretas contrárias ou a favor. Contudo, os textos completos das páginas têm um desenvolvimento argumentativo supostamente público e democrático, ressaltando mais ou menos certas opiniões e destacando-as em frases finais de parágrafos ou em nomes de seções.

O site G1⁸, por exemplo, com o título “Estado e fé: STF decide polêmica sobre como ensinar religião nas escolas”, replica boa parte do conteúdo da BBC. Em reportagem do site Hufftpost⁹, há o título “O debate por trás do julgamento no STF sobre o ensino religioso obrigatório em escolas públicas” e as seções: **Discussão, Os prós e contras, A dificuldade de ensinar as diversas religiões, Base Nacional Comum Curricular**. Ao seguirmos demais resultados do Google com títulos da mídia em torno do assunto, percebemos certa regularidade de eventos mencionados e destaques comuns, até com seções sinônimas ou

idênticas. Para nos certificarmos disso, geramos uma nuvem de palavras com o programa Wordclouds.com. As palavras são as que destacamos dos títulos e que estão na planilha com os dados desta pesquisa. Após os títulos serem copiados e inseridos no Wordclouds.com, obtemos a nuvem da figura 2.

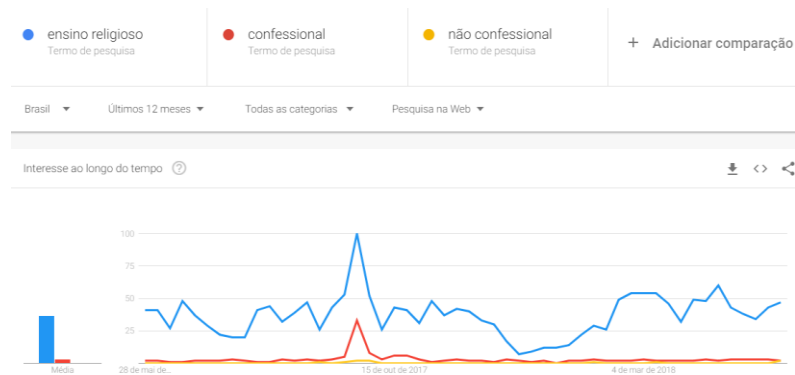
Figura 2 – nuvem de palavras dos títulos da mídia



Pode-se observar, na figura 2, uma grande incidência, além das palavras da busca (polêmica, ensino e religioso), dos termos “confessional”, “curricular”, “decisão”, “escolas”, “base”, “nacional”, “pública”, “STF”. Tais dados mostram que o gerenciamento das polêmicas sobre o ensino religioso remete ao julgamento do STF de ação de inconstitucionalidade proposta pela Procuradoria Geral da República. Ou seja, os títulos convergem para um debate específico da autorização ou não do ensino confessional em escolas públicas, o que foi permitido pelo STF. Nesse caso, pode-se perceber que é possível constatar pelos destaques e termos que há um discurso em comum, com um viés ético discursivo que se diz gerenciador do dissenso, mas privilegia ou destaca tópicos específicos. Ou seja, embora o assunto seja exposto como polêmico pelos destacamentos dos títulos, é recorrente que os textos (especialmente quando assinados por articulistas) construam, por sua vez, um apagamento da polêmica, ao explicitar um aparente consenso favorecendo um dos vieses possíveis (o de relativização do confessional).

A ética digital é discursiva e escritural, conforme Paveau (2016). Os sites publicados deixam traços que são lidos e têm alta incidência de leitura para aparecer nos resultados de busca, o que faz circular um discurso polêmico específico sobre o ensino religioso. Isso tudo é gerenciado por algoritmos do Google que registram e aumentam tendências. Para confirmar a tendência de dados e conseqüentemente de discursos na Web, colocamos as palavras-chave “ensino religioso”, “confessional” e “não confessional” no Google Trends conforme a figura 3. Confirmamos em torno de qual data os discursos circulam, exatamente a do julgamento do STF.

Figura 3 – tendências em torno da discussão sobre o ensino religioso



Tendo em vista o *corpus* coletado, podemos resumir o modo como esses discursos adquirem certa conformação e circulam na Web, conforme o quadro 1.

Quadro 1 – circulação da polêmica do ensino religioso na mídia digital

	a favor do ensino religioso confessional	a favor do ensino religioso não confessional/ contra o ensino religioso confessional	contra o ensino religioso
questões de legalidade	não fere a legalidade	obedece a acordo com o Vaticano e segue o preceito legal de pluralidade e	fere a Constituição

		diversidade	
desenvolvimento da disciplina no ambiente de ensino	gera respeito às diversidades e união	depende de como a disciplina é oferecida, mas o conteúdo deve contemplar as várias concepções religiosas	causa intolerância
relação com custos	as escolas podem fazer parcerias com entidades religiosas para não assumir todo o custo	os custos são diluídos com todas as partes da população que terão representantes de suas crenças	quem paga é a população através de impostos, independentemente de sua crença
destacamento	destaque de termos nos títulos com as palavras “polêmica”, “debate”, “STF”, “decisão”, “escolas”, “ensino”, direcionando a fatos específicos		
viés ético	procura dar um teor informativo no título, mas com destaque no texto maior ou menor a determinadas autoridades, certos aspectos legais e ao que vai ser ensinado na escola. As seções das reportagens já podem denunciar questionamento ao ensino confessional (“Quem paga?”, “Limites” etc.)		
direcionamento da polêmica	valoram o assunto como polêmico nos diferentes títulos e têm influência do algoritmo ao se verificar que os resultados de busca do Google mostram órgãos de mídia diferentes, mas com textos parecidos, se não idênticos – o que reforça a circulação de um mesmo discurso direcionado contrariamente ao ensino religioso confessional		

Conclusão

Como vimos, as próprias estratégias de constituição do *corpus* através da unidade de análise do percurso, no sentido que confere Maingueneau (2014), com uso de configurações avançadas do Google e de outras ferramentas, são relevantes para a interpretação dos dados, demonstrando contornos da polêmica e a importância de acontecimentos determinados.

O termo “ensino religioso confessional” se mostrou um ponto de tensão da polêmica aqui tratada, podendo reforçar ou suavizar o posicionamento contrário ou favorável ao ensino religioso, o que fornece indício de que a argumentação é atravessada pelo julgamento de moralidade. A função social do gerenciamento da polêmica, que pode apontar para divergências que nunca serão resolvidas, direciona-se para um possível ponto em comum na defesa do ensino religioso não confessional. Mais do que marcas contrárias ou favoráveis ao ensino religioso em si, o debate foi dirigido contra a confessionalidade.

Esse direcionamento faz uma “gestão verbal do conflito” no sentido de Amossy (2017), permitindo a convivência de posições contrárias ou favoráveis ao ensino religioso, desde que se respeite a proposta de um ensino não confessional. Assim se constitui uma ética de aceitabilidade dos discursos, no sentido de Paveau (2018). Segundo essa ética, já que não há consenso sobre a adequação ou não do ensino religioso, houve uma busca de diluir as diferenças de posições em um aspecto construído como comum, a crítica ao caráter confessional.

Notas

¹ <https://chrome.google.com/webstore/detail/linkclump/lfjpkncokllnfokkqpkobnkbkmelfej>

² <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1bfQ2eUHYxf2LpwIMoVsZQMf2WGM0agnAqyjZ3xS5ylA/edit#gid=0>

³ <https://trends.google.com.br>

⁴ <https://www.wordclouds.com/>

⁵ <http://hojeemdia.com.br/opini%C3%A3o/blogs/direito-hoje-1.335788/a-pol%C3%AAmica-do-ensino-religioso-1.563671>

⁶ <https://www.correiodoestado.com.br/brasilmundo/tres-ministros-votam-pelo-ensino-religioso-nao-confessional-sessao-e/310719/>

⁷ <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41404574>

⁸ <https://g1.globo.com/educacao/noticia/estado-e-fe-stf-decide-polemica-sobre-como-ensinar-religiao-nas-escolas.ghtml>

⁹ https://www.huffpostbrasil.com/2017/09/21/o-debate-por-tras-do-julgamento-no-stf-sobre-o-ensino-religioso-obrigatorio-em-escolas-publicas_a_23215221/

Referências

Amossy, R. (2017) *Apologia da Polêmica*. São Paulo: Editora Contexto.

Maingueneau, D. (2010) *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola.

_____. (2014) *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola.

_____. (2012) *Les phrases sans texte*. Paris, Armand Colin, 2012. (Trad. brasileira: *Frases sem texto*. São Paulo: Parábola, 2014.)

Moraes, É. de, Melo, L. B. (2017) Virtude discursiva e destacamento em enunciados polêmicos: as declarações de Temer no Dia Internacional da Mulher. In: CARMELINO, Ana Cristina et al. (Org.). *Linguagem e Moral: algumas questões*. Jundiaí: UniAnchieta, 2017, p. 41-58. Disponível em: <<http://www.portal.anchieta.br/revistas-e>

livros/interseccoes/pdf/interseccoes-ano-10-numero-2.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2018.

Moraes, É. de. (2014) O jornalismo on-line sob o viés discursivo - o novo e o já dado. In: Brunelli, Anna Flora et. al. (Org.). *Comunicação, Cultura e Linguagem*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 41-58.

Paveau, M.-A. (2018) *Éthique du discours numérique*. Línguas e Instrumentos Linguísticos (Brésil), RG Editora, 2016, 37, pp. 177-210. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01423473/document>>. Acesso em: 29 mai.

Notas biográficas

 A portrait photograph of Lafayette Batista Melo, a man with dark hair, wearing a white V-neck t-shirt, sitting in a wicker chair. The background is a green wall.	<p>Lafayette Batista Melo é professor de Informática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Tem mestrado em Engenharia Biomédica pela Universidade Federal da Paraíba e doutorado em Psicologia (Psicologia Cognitiva) pela Universidade Federal de Pernambuco. Realizou pós-doutorado em Linguística (Análise do Discurso) na Universidade Estadual de Campinas.</p> <p>E-mail: lafagoo@gmail.com</p>
--	--

